

HOMOSSEXUALIDADE: ANTES, E DEPOIS DE ABRIL de 1974

António Serzedelo

Antes do 25 de Abril de 1974 a homossexualidade era considerada um crime em Portugal, e muitos pagaram muito caro o facto de o serem. Que o diga o Josué Joaquim Ferreira, hoje com 60 anos, cozinheiro, que desde miúdo foi vítima de perseguições por ser "amaneirado", mas nem por isso deixou de ir à guerra em Angola como maqueiro, para, depois de regressado, ser de novo apanhado pela Brigada de Costumes da Polícia Judiciária, que depois de vários espancamentos, pregou com ele na prisão, durante três anos, na cadeia de Sintra, por ser considerado "um verme", um "parasita da sociedade". A sua saga "Mártir Gay" é título de uma bela reportagem que saiu na prestigiosa revista *Visão*. Esta Brigada de Costumes, 1964-1974, tinha os seus agentes provocadores que se infiltravam nos bares ou nos locais frequentados por homossexuais (nessa altura a palavra gay ainda não tinha sido inventada, mas já havia bares semi-clandestinos, como por exemplo o Bric-a-Bar, no Príncipe Real, em Lisboa), ou iam aos parques, jardins, ou até WC's, onde se faziam interessados, e depois, em qualquer momento puxavam da carteira, e intimavam a pessoa a acompanhá-los ao Governo Civil onde se seguiam cenas de insultos, espancamentos, chantagens, etc. Muitos, os de classes sociais consideradas então "desfavorecidas", podiam ir parar ao internamento na Mitra de onde era difícil sair, mas, em qualquer caso, não escapavam à pancada. Os mais ricos pagavam coimas, ficavam com ficha, para posteriores chantagens. Conheço uma lésbica, professora, que alguém denunciou, e que viu os polícias à paisana entrarem pela sua casa adentro, inesperadamente. Levaram-na um mês detida para o forte de Caxias para ver se ela confessava quem eram as outras parceiras. Como era da classe média, tiveram de a libertar, nunca produziram nenhuma acusação, mas ela ficou para sempre enferma dos pulmões, devido ao frio que apanhou nas masmorras que eram na zona mais húmida da prisão.

Nessa altura os homens homossexuais viviam quase sempre assustados, amedrontados, e estabelecer qualquer relação afectiva, ou duradoura entre eles era difícilimo, e perigoso. Havia medo de se dizer o nome verdadeiro, a morada, idade, estado civil, dar o número de telefone, ou dizer-se a profissão. Os homens condenavam-se a si próprios, viviam em depressão, sentiam-se sempre perseguidos, eram, ou podiam ser vítimas de chantagens permanentes. Hoje, as coisas mudaram, pelo menos nas grandes cidades, mas muita gente nossa ainda sofre deste problema a que chamamos "homofobia interiorizada", particularmente, nas terras pequenas onde se continua a viver o mesmo clima de medo, chantagem e claustrofobia. Elas complicam-se do litoral para o campo, e dos grandes centros para os pequenos, onde a Igreja ainda domina, e o Estado laicista tem dificuldades em penetrar.

Recordo-me que na minha casa em Santa Cruz de Benfica/Lisboa, era regularmente visitado por polícias armados de metralhadora, que batiam à porta do apartamento, por causa das denúncias de uma vizinha, mulher de um militar de alta patente, que invocava os galões do marido para os chamar, dizendo que "se estavam a passar coisas estranhas no apartamento ao lado". Como não viam nada de especial, depois de umas olhadelas curiosas para dentro do apartamento, sempre de armas apontadas, lá se iam embora a rir,

deixando-nos obviamente incomodados, ou intimidados. Apesar disso, havia homossexuais conhecidos no Governo de Salazar, ministros que ele mandava escutar, discretamente, para evitar que caíssem em chantagens, assim como na oposição democrática, sendo de referir os nomes do poeta António Botto, um dos grandes vultos da literatura portuguesa, até hoje propositadamente esquecido, e que foi exilado para o Brasil, ou o de um secretário-geral do Partido Comunista, Júlio Fogaça, anterior a Álvaro Cunhal, traído por dentro, e preso à saída de uma pensão, onde se encontrara com um amante, na zona de Peniche. Tudo este clima, no fundo, era, é, produto de uma herança religiosa, de uma produção cultural que chega até aos nossos dias, fruto da Inquisição, que em Portugal reinou durante muitos séculos, e nos marcou definitivamente. A Inquisição apelidou a homossexualidade de "pecado nefando de que não se ousa dizer o nome". Muitos foram, por isso, mandados para a fogueira, outros exilados para África ou Brasil, e tantos tiveram de sofrer muitos anos de prisão. Mas em Lisboa houve sempre núcleos homossexuais, e é conhecida a saga do conde de Vila Franca, herói da Restauração, casado, condenado pela Inquisição.

UM ABRIL (ADIADO)

"No dia 25 de Abril de 1974 o poder afrontado no Terreiro do Paço/Lisboa caía... e, desde logo, as liberdades tornaram-se imparáveis: liberdade de expressão, de associação, de manifestação, liberdade sindical, liberdade de organização de partidos", António Borges Coelho, in *Le Monde Diplomatique*, versão portuguesa.

Segundo o sociólogo, e professor universitário, Manuel Vilaverde Cabral, numa interessante síntese escrita sobre o "25 de Abril em Retrospectiva", no mesmo *Le Monde Diplomatique*, a nossa revolução deu origem à "terceira vaga democrática", que vai levar às revoluções negociadas na Europa e não só, como foi a transição espanhola do franquismo para a democracia, ou as de alguns países de leste, as "revoluções de veludo", passando pela queda do Muro de Berlim. No seu longo artigo, MVC refere a revolução social levada a cabo entre nós, a entrada na Comunidade Europeia, passa em revista muitas importantes conquistas sociais, mas não deixa uma palavra para a liberdade sexual, para os novos direitos sexuais, que essa terceira vaga de direitos, que em outros países, começou a dar frutos, salvo Portugal. O sociólogo não está só. Também o ilustre académico historiador, de formação comunista ignora a mesma realidade, talvez ainda formado no espírito cunhalista, e com eles muitos outros intelectuais-escretores tem sérias dificuldades em lidar com estas questões da homossexualidade, dos novos direitos sexuais e dos direitos humanos reivindicados sobretudo, por esta minoria sexual, mas que importam a todos. Mas não foi isso que impediu que, logo no dia 13 de Maio de 1974, tivesse vindo a lume na imprensa portuguesa e publicitado integralmente, no então "Diário de Lisboa" e parcialmente no "DN", o manifesto do "M.A.H.R", Movimento de Acção Homossexual Revolucionária, "LIBERDADE PARA AS MINORIAS SEXUAIS", de que fui um dos subscritores, escrito com amigos, de Lisboa e Porto, (na tal casa onde éramos regularmente ameaçados pela polícia armada), e que terminava com "Viva a Homossexualidade, Viva a Revolução"! Este manifesto, (hoje também esquecido pelas organizações lgbt, lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais). Ele viria dias depois a ser alvo de um forte ataque na televisão estatal, da parte da General Galvão de Melo, tenor da

direita militar, membro da Junta de Salvação Nacional, ao dizer que o 25 de Abril não se fizera para os homossexuais e as prostitutas fazerem reivindicações.

Uma das exigências desse Manifesto era a abolição do artigo 71, nº 4 do Código Penal que autorizava "medidas de segurança" para os que tivessem práticas homossexuais. Muito posteriormente veio a sê-lo, mas uma das exigências nele transcritas, ainda está na ordem do dia: educação sexual nas escolas!

Contudo, durante muitos anos continuou a ser factor de exclusão das Forças Armadas, e das polícias, o facto de se ser homossexual, (e a despeito de muitos terem servido heroicamente na Guerra colonial) e só na década de 90, graças a uma iniciativa de " Os Verdes" é que os célebres artigos do código militar foram abolidos. Hoje a política de saúde do sangue ainda é excludente, e preconceituosa, impedindo os homossexuais de dar sangue, a base do conceito ultrapassado, de "grupo de risco", quando o que se deve atentar é ao comportamento de risco.

Entretanto, os homossexuais não tinham visibilidade em Portugal. Não existiam! Apesar do 25 de Abril continuavam na clandestinidade, aliás, muitos ainda hoje continuam por esse país fora. A Revolução, a "terceira vaga democrática" afinal, tinha aberto uma excepção para nós, em Portugal. Foi um choque quando aparecemos à luz do dia. Ainda é!

Surgiu uma luz no fundo do túnel: o aparecimento do "Grupo de Trabalho Homossexual", o GTH/PSR, do Partido Socialista Revolucionário (trotsquista), na década de 90. Foi um acto corajoso, e uma pedrada no charco. Os trotsquistas sempre tiveram como características, desde a Revolução de Outubro, a revolução sexual, e a revolução permanente, e a infiltração dos movimentos. Têm sido coerentes.

Muitos homos inscreveram-se nesse grupo que subitamente começou a ter alguma importância social e política. Perdeu-a com o tempo, devido aos tacticismos errados em que por sistema se envolveu. Recentemente, auto-dissolveu-se, discretamente, para ressurgir com um novo nome "Panteras Rosas", 2004, que já deu que falar, com um problema de habitação para duas lésbicas maltratadas pela família, continuando afecto ao mesmo partido, com a mesma direcção política.

Depois, começaram a surgir várias associações na sociedade civil.

Primeiro, a Ilga -Portugal, (1996), com fortes apoios, subsídios institucionais, patrocínios, sediada no Centro Comunitário Gay e Lésbico de Lisboa, doado pela CML, no tempo da gestão dos socialistas e comunista, presidida pelo socialista Dr. João Soares. Isso deu-lhe inegável prestígio, mas também ambições de dominar política e economicamente toda a comunidade lgbt, para a condominizar, em nome da "unicidade", aproveitando-se do equívoco do nome internacional que usa. Para isto foi apoiada primeiro por uma associação muito forte ligada à luta contra a Sida, e depois foi infiltrada, pelo GHT-PSR, com o objectivo duplo de recolher votos para a sua causa partidária, ao mesmo tempo que desviava as simpatias da coligação Social comunista /J.Soares pela acção desenvolvida no município, a favor dos gays.

Por isso, desde então, esta associação silenciou o seu nome, apesar de tudo quanto dele recebeu, nem mesmo quando ele mais precisava, que foi nas últimas eleições autárquicas, ao dar combate a um candidato de direita, dado o travão que representavam os trotskistas dentro daquela associação, que

tinham simultaneamente, o seu candidato lisboeta, para o qual queriam recolher votos. A eleição perdeu-se por cerca de 800 votos.

O momento de maior visibilidade da Ilga-p é ainda o "Arraial Gay", só realizável com suporte camarário, no dia do Orgulho, em Lisboa, actualmente cada vez mais afastado do centro, por vontade da gestão de direita, que pretende deste modo, atacar a centralidade e visibilidade do movimento social e cívico, na capital, não o deixando sequer desfilarem na emblemática Avenida da Liberdade.

Depois, o Clube Safo, mais dedicada às mulheres lésbicas, que esteve na origem da "Marcha do Orgulho" em Lisboa, desfilando anualmente na Avenida, criada por se ter concluído que o arraial nocturno gay, fruto de interesses ligados a bares, não tinha qualquer interesse político, embora muito popular.

Simultaneamente, aparece a Opus Gay 1977, criada com o objectivo de defender os Direitos Humanos das minorias sexuais, partidariamente independente, o que a tornou objecto de desconfiança da parte desta coligação de interesses, por poder ser um entrave aos seus desígnios de dominação político-económica. Foi-lhe mesmo proposta a dissolução.

Mais tarde, os regionais "Grupo do Oeste Gay", já dissolvido para se integrar nas "Panteras Rosas", cujos líderes estavam ligados à linha trotsquista, e também uma Opus Gay Norte, encerrada, na sequência de infiltrações partidárias. Revela-se agora, muito difícil o reaparecimento de um grupo independente no Norte.

Recentemente três grupos: um nacional, o Grupo "Não te Prives", de Coimbra, cujo líder, é ligado BE, e tem desenvolvido ampla actividade cultural, outro dedicada à juventude gay e lésbica, com múltiplas e úteis intervenções na TV, e com núcleos espalhados pelo país, a "ex-aequo", apoiada pela Secretaria de Estado da Juventude, originária na Ilga Portugal onde está sediada, e, há dias o grupo dos "Ursos Lusos", ou dos Bears, ligado à Ilga-Portugal, homens gays que se caracterizam pela sua grande corpulência, pilosidade, e peso, e que desejam outros do mesmo género, destruindo assim o preconceito do gay, gentil, bonitinho e com o corpo muito desenhado, como único "objecto" de desejo sexual.

O importante trabalho desenvolvido por todas estas organizações, quaisquer que sejam os seus posicionamentos, a maior parte delas afectas ao BE, publica ou discretamente, para evitar conflitualidade com a CML, tem sido relevante, sobretudo, no médio e longo prazo, porque tem vindo a dar visibilidade e credibilidade ao temas da homossexualidade e da transsexualidade, que hoje já conta com uma associação, a @t, também com ligações à Ilga-P. Todas elas tem vindo a ajudar regularmente as pessoas a saírem das múltiplas contradições em que se vêm muitas vezes envolvidas, dando-lhes força e coragem para assumirem, ao menos para si próprias, a sua orientação sexual. Aquilo a que chamo o seu "25 de Abril interior".

A HOMOSSEXUALIDADE VIRTUAL

Na net houve uma explosão da divulgação das vivências gays e lésbicas.

Apareceram de canais de informação, de contactos pessoais, páginas gays, portais, comerciais ou militantes, ou juntando ambas as coisas, simultaneamente. Exemplos, o "Portugal Gay", bom portal, militante e

comercial, imprescindível para certo tipo de informações, sediado no Porto, ligado também à Ilga-p, e mais modestamente, o Gay Litoral Alentejano, da responsabilidade de um jovem estudante de Sines, o "Apolo Gay", nos Açores, ou as página "(D)eficientes gays" ou de "Cegos Gays" onde se expõem estas problemáticas específicas, quando se tem alguma deficiência, por se ser duplamente excluído, até muitas vezes pelos próprios gays.

Ultimamente, temos vindo a assistir ao aparecimento de muitos "blogues" gays e lésbicos, a chamada "blogayesfera".

Normalmente, quem faz um blogue fá-lo com objectivos: partilhar informação, construir uma reputação, expressar uma opinião pessoal. São os casos do conceituado "queer blogue", não alinhado, e do "Cacaocino" ambos de lésbicas, ou do "Renas e Veados" levado a cabo por gays perspicazes e com sentido crítico de humor, de "Os Tempos que Correm" de um conhecido académico gay bloquista, ou o "Queer Mondego", da responsabilidade de alguns sócios da associação coimbrã "Não te Prives", todos comungando da mesma ideologia.

Mas também foram aparecendo revistas gays, para substituir as de pornografia a que sempre nos associavam: a "Korpus", a mais antiga, trimestral, ligada ao universo masculino, e a "Diferente", esta com difusão mais larga, e interesses mais difusos. Houve durante quatro anos, um programa não alinhado gay e lésbico, semanal, na rádio, o "Vidas Alternativas", que agora passa à Radio Seixal e a uma versão on line, alojado no portal hetero independente de rádio, www.sociofonia.org, com outros programas, permitindo-lhes terem uma audiência à escala global, desde que se tenha computador com áudio, em casa ou no emprego. Uma novidade, e um desafio!

A imprensa em geral, dá acolhimento às nossas propostas, desde jornais locais, como o "Jornal da Gândara", de Aveiro, até aos nacionais. Contudo existem muitos preconceitos, visíveis, quando surgiram os primeiros casos mediáticos de pedofilia, e alguns órgãos de informação se deixaram enredar em confusões, baralhando o conceito de homossexualidade, com pedofilia, pensamos que propositadamente, para lhe diminuir o impacto. Uma intervenção rápida e esclarecedora conjunta, das associações lgbt tem vindo a reconduzir as coisas ao seu lugar. Apresentamos-lhes um Código de Conduta. E a Opus Gay faz parte de uma Plataforma denominada "Não ao Abuso Sexual de Crianças", com outras duas associações, que teve alguma relevância pública para explicar os graves problemas levantados pela pedofilia na nossa sociedade, na maior parte, no seio da família.

Não menos importante foi o aparecimento de acções, no âmbito do turismo gay, um interessante e rentável nicho de mercado. A Associação de Turismo de Lisboa, ATL, assinou na altura um protocolo com a Opus Gay, logo seguida por uma agência de turismo de Lisboa, "Saga Travel/Saga Escape, gay friendly" com o objectivo de o impulsionar correctamente, evitando, todas as conotações com o turismo sexual, altamente desprestigiadas para todos. Infelizmente este protocolo está a sofrer um interregno com a nova administração camarária, representada na Direcção da Associação de Turismo. Por outro lado, infelizmente, as outras associações, ou pelo seu alinhamento político, ou por tacahez de vistas, não perceberam a importância desta matéria, em termos de visibilidade, e tem-na ignorado.

Enfim, um importante "Festival de Cinema Gay e Lésbico de Lisboa", também saído da Ilga-p, em riscos de definhar, por deficiências de política de

marketing da antiga direcção, talvez por se ter tornado demasiado elitista,(a maioria dos filmes estrangeiros não são legendados) e, sobretudo, por faltas de apoios municipais cruciais, devido à nova política empresarial imprimida à cultura em Lisboa .

DAS UNIÕES DE FACTO, AO BLOCO DE ESQUERDA

Contudo, o momento legal e socialmente mais alto para esta comunidade, em Portugal, foi a aprovação, há dois anos, por iniciativa do Partido Socialista então no Governo, e com o apoio de toda a esquerda, e até da Juventude Social-democrata, das Leis das "Uniões de Facto" e "Economia Comum", abrangendo heteros e homos nos seus articulados, excepto no tocante à adopção. Mas até à data, a lei tem sido mal divulgada, explicada, e mal aproveitada pelos seus potenciais utentes que são aos milhares, estando por detrás disso uma atitude preconceituosa, de cariz religioso, que travou a explicitação pública das virtualidades deste novo clausulado para todos aqueles que vivem em uniao de facto, em Portugal. Falta-lhe pelo menos, um registo (voluntário?) para que sejam válidas em qualquer parte para onde os dois parceiros se desloquem fora de Portugal.

Para grande espanto da opinião pública em geral, e dos lgbt's em particular, surgiu há cerca de 6 anos um partido que decisivamente tomou a peito esta problemática, com o conseqüente nicho eleitoral: o Bloco de Esquerda. As suas posições avançadas, imbuídas de ideias de modernidade, e dirigidas a uma burguesia ilustrada urbana, obrigaram os outros partidos a reflectirem e reposicionarem-se nestas matérias, se não quiserem perder votos particularmente, em Lisboa e Porto, onde as comunidades gays e lésbicas são muito importantes, e a juventude muito activa. Em Lisboa há um forte eleitorado gay que este partido tem sabido trabalhar e não pode ser ignorado em próximas autárquicas. Por isso tem eleito deputados a todos os níveis, e espera-se que aumente. As posições corajosas que tem defendido, por nao se sentir embaraçado com compromissos governamentais, têm-lhe merecido a simpatia, e até a adesão da "inteligencia" gay.

Contudo, as posições fundamentalistas assumidas pelos seus militantes lgbt, nas associações, são muito contraditórias com o discurso oficial, pois têm aparecido como defensores intransigentes de um "discurso único, homo partidário", em substituição do "discurso único sexista", vigente. Têm estragado muito do bom trabalho que este partido pode fazer. E têm vindo a encaminhar com as suas actuações, por vezes estalinizantes, outras vezes elitistas, ou oportunistas, o colectivo glbt para um impasse, e para o descrédito, como exemplificou a última parada, em Lisboa. Deste impasse só se pode sair pelo diálogo aberto, e pela aceitação da diversidade política, partidária e cultural, para alargar a base sociológica de que estamos carenciados. A luta só se ganha quando muitos heteros de várias tendências, sociais, políticas, aderirem a ela, e não mantendo-a como bandeira da extrema-esquerda! Com isso nao perderiam votos, e facilitariam a nossa saída do relativo "gueto" em que nos encontramos.

Este é um importante desafio, pois é preciso coordenar as lutas deste movimento, com as do movimento social, de forma independente, e articulá-las com os partidos, e com a opinião pública, numa conjuntura de recessão, com um Governo de direita no poder, que pretende impor uma visão não solidária da sociedade, e desestruturadora.

A nossa intervenção no Fórum Social Português, Junho 2003, uma nova interessante estrutura, de carácter global, contra o neo-liberalismo capitalista, onde os colectivos lgbt estiveram presentes, embora actuando de forma descoordenada, permitiu-lhes travar relacionamentos e dar-se a conhecer a muitas ONG`s da sociedade civil, que ainda tinham preconceitos relativamente a nós, e sobretudo, deitar abaixo muros no movimento sindical.

O PCP pela voz da conhecida deputada Odete Santos tem tomado posições parlamentares positivas a nosso respeito, enquanto se aguarda que o P. Socialista se clarifique relativamente a questões cruciais, acerca das quais em público, pois tem guardado um gritante silêncio envergonhado, a despeito das declarações estatutárias que aprovou.

Inesperadamente, os seus candidatos às eleições europeias de Junho responderam de forma muito afirmativa a um inquérito que a Opus Gay, com a Ilga Europa, em Bruxelas, de que somos activistas, enviou a todos os candidatos dos 25 países, onde se abordam questões de direitos humanos, casamentos civis homos, homoparentalidade, e transsexualidade, enfim os chamados novos direitos sexuais.

Creemos que o Partido Social-democrata, particularmente a sua juventude não pode deixar os seus créditos por mãos alheias, embora este não seja um problema só das juventudes partidárias, o que é uma forma de minorizar as questões. A JSD também tem de começar a apresentar propostas interessantes neste campo, sem se deixar inibir pelo CDS com quem está aliada no Governo, e que se tem revelado um partido bastante homofóbico.

A CGTP/Intersindical aprovou no seu último Congresso, 2004, algo absolutamente inovatório: a inserção nos seus estatutos, da questão da discriminação por razões de orientação sexual, extensivo ao seu Plano de Acção, permitindo a consciencialização dos trabalhadores para esta problemática. Compete agora aos sindicatos, e comissões de trabalhadores zelarem por estas questões, tão comuns, quanto dolorosas, nos locais de trabalho. Têm a apoiar uma Directiva Europeia que já foi integrada no novo Código de Trabalho 2003, que tenta impedir a discriminação por razões de orientação sexual. A outra central, a UGT também já deu sinais de estar a incluir estas problemáticas.

Actualmente a Opus Gay está envolvida numa campanha a favor do casamento civil entre homossexuais e transsexuais, que não pode ser confundida de forma nenhuma com o casamento religioso. A campanha é europeia, e articula-se neste espaço geográfico, com a Ilga Europa. Já há diversos casais dispostos a lutar por este direito entre nós, mas aguardam-se mais contactos. Em breve saltará para agenda dos media portugueses, por causa do que se está a passar em Espanha. A nova reacção do artigo 13º da Constituição vai acabar por integra-los, como recomendam instâncias europeias.

Os partidos debatem-se com uma "crise de representação politica", com mecanismos da globalização neoliberal capitalista, o que lhes tem alienado eleitores, e levado a uma abstenção crescente.

Não podem descuidar os problemas autênticos que interessam a toda a população como são os problemas ligados às sexualidades, os novos direitos sexuais, que não são só de uma minoria, são de tod@s. Basicamente, devem saber envolver-se na consagração de novos Direitos Humanos, na construção de uma Democracia mais ampla e participativa, não excludente, factor que é

francamente mobilizador dos extractos mais jovens do eleitorado. Neste campo, qualquer estagnação, como defendem os neo-conservadores é um retrocesso.

Aqui ao lado, de Zapatero, líder do PSOE está a vir-nos uma brisa fresca que, espero, não esmoreça, e não deixe Portugal ficar, também nestas questões, fora da norma europeia, e só preocupado com o discurso, muito redutor e castrante, e economicista do mais ou menos "deficit".

A inclusão no artigo 13º, da proibição de discriminação por razões de "orientação sexual" na nova Constituição revista é uma boa notícia, (alteração em que o partido "Os Verdes" se empenharam, desde 1997). Mas todas as associações glbt se empenharam neste processo, processo que foi iniciado com um slogan da Ilga-Portugal "não façam do 13, um 31!". Precisamos agora de uma lei anti-ódio homossexual, e anti sexista, como está a ser aprovada em França por um governo de direita. Sente-se a falta de uma declaração presidencial que refira esta terrível exclusão social.

No momento actual, a evolução que se espera, vai ser sobretudo por via das directivas europeias, por importação. Vamos andar muito ao sabor do novo Parlamento Europeu. Daí nestes últimos tempos termos chamado muito a atenção dos nossos interlocutores para a importância da política europeia e do recém-eleito parlamento.

A terceira vaga democrática tem de cá chegar!